

Reforma regulatória

RUMO À UMA ABORDAGEM GOVERNAMENTAL ABRANGENTE PARA UMA REGULAÇÃO COM QUALIDADE

- ▶ O fortalecimento da regulação pode ajudar o Brasil a elevar seus padrões de vida e bem-estar.
- ▶ Ainda que Brasil apresente uma série de boas práticas regulatórias (BPRs) em curso, estas práticas podem ser aplicadas de maneira mais consistente e sistemática em toda a estrutura governamental.
- ▶ Maior independência das agências reguladoras e o estabelecimento de limites claros para indicações políticas nestas agências permitiriam ao Brasil desenvolver-se em seus esforços na criação de estruturas regulatórias claras, transparentes e estáveis.
- ▶ Além disso, o Brasil se beneficiaria com a adoção de práticas de cooperação regulatória internacional no processo de preparação de novas regras e na revisão das regras existentes.

Qual é a questão?

O Brasil encontra desafios significativos para melhorar a qualidade de sua regulação. Segundo o indicador da OCDE sobre Regulação do Mercado de Produtos, a estrutura regulatória do Brasil é menos favorável à competição do que a média da OCDE. O Relatório da OCDE sobre a Reforma Regulatória no Brasil 2008 apontou que o país adota uma série de ferramentas de avaliação de impacto e de engajamento com as partes interessadas. Entretanto, apesar do progresso, a implementação de tais ferramentas fica aquém dos países da região, principalmente por conta da heterogeneidade das práticas por toda a administração (veja o gráfico). Enquanto muitas BPRs encontram-se disponíveis, há uma necessidade de expandir o uso e de assegurar a implementação consistente de tais ferramentas por toda a estrutura governamental.

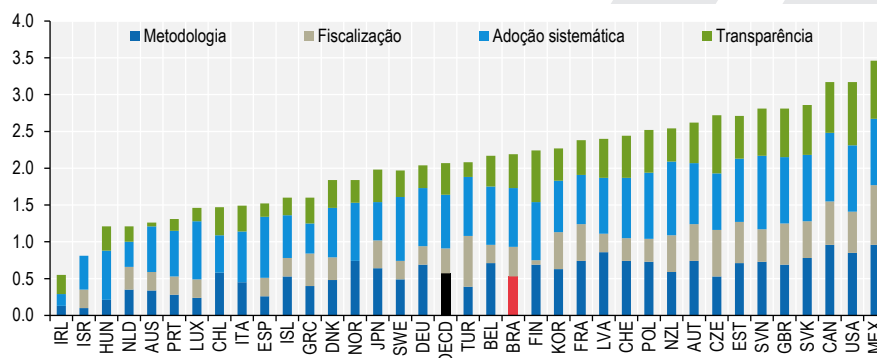
As agências reguladoras do Brasil têm liderado o

desenvolvimento de BPRs e apresentado, no geral, avanços na capacidade técnica e no uso metódico de ferramentas de gestão regulatória. Diversas agências apresentaram progresso no lançamento de avaliações de impacto regulatório antes de mudanças na regulação existente. Isto tem se mostrado útil ao aumento da competição nos países da OCDE. Reconhecer e aproveitar as experiências e especialidades das agências reguladoras em desenvolver e implementar BPRs serão ações fundamentais para difundir o uso destas ferramentas em toda a estrutura governamental.

O Brasil pode beneficiar-se do fortalecimento da autonomia dos agentes reguladores, tanto de interferências políticas governamentais como dos interesses de empresas reguladas. Isto inclui limitar mais o escopo para indicações políticas. Pesquisas empíricas sugerem que indicações políticas estão associadas a uma menor capacidade de agência e também

O Brasil fica aquém de outros países no que diz respeito ao engajamento das partes interessadas na reforma regulatória

Engajamento das partes interessadas em desenvolver regulação subordinada; pontuação de 0 (pior desempenho) a 4 (melhor desempenho) em 2015 ou no último ano disponível.



Fonte: Indicadores de Governança e Política Regulatória para a América Latina 2016 & iREG 2015 (Indicators of Regulatory Policy and Governance (iREG) for Latin America 2016 & iREG 2015) em: www.oecd.org/gov/regulatory-policy/indicators-regulatory-policy-and-governance.htm.

à habilidade da burocracia em combater efetivamente a corrupção. Estabelecer termos fixos de pelo menos cinco anos para funcionários-chaves e restringir alocações para cargos na indústria regulada após o término do período de mandato podem auxiliar na busca por esta independência.

Tendo como pano de fundo um mundo cada vez mais interconectado, é necessário que considerações mais amplas sobre o contexto internacional sejam trazidas para o Brasil na elaboração de suas regras. Os desafios têm adquirido cada vez mais uma natureza global, sejam eles relacionados a riscos sistêmicos (mercados financeiros), ao meio ambiente (poluição do ar e da água), à saúde e segurança humanas ou à atividade de empresas multinacionais (investimento e competição). Requisitos regulatórios divergentes podem criar incertezas na proteção dos cidadãos e consumidores e custos desnecessários para os negócios. A cooperação regulatória internacional pode reduzir estes custos desnecessários enquanto auxilia na manutenção de regras justas de mercado e na preservação dos níveis necessários de proteção.

Por que isso é importante para o Brasil?

Regulações são essencialmente as regras do jogo em qualquer atividade social e econômica. A busca por uma estrutura regulatória que contenha regulações de qualidade, entendida como as regulações que vão ao encontro a objetivos legítimos de políticas públicas sem impor custos desnecessários aos negócios e aos cidadãos, deve fazer parte da agenda de qualquer governo. Estruturas regulatórias e jurídicas que sejam claras, transparentes e estáveis podem impulsionar investimentos a partir da redução de riscos jurídicos que são um forte entrave aos investidores dadas as possibilidades limitadas de garantia diante de tais riscos. Regulações de qualidade também têm o potencial de promover a inovação, a entrada em novos mercados, a adoção de padrões internacionais e o aumento da competitividade. Ao mesmo tempo, as regulações de qualidade podem corresponder aos objetivos de proteção do meio ambiente, dos consumidores e dos trabalhadores. Tudo isso contribui para o aumento da produtividade e do crescimento inclusivo. Estimativas da OCDE mostram que a redução das barreiras regulatórias à competitividade, alinhada com as melhores práticas, pode aumentar o PIB em quase 10%, em média, no longo prazo. Os benefícios podem ser maiores em economias tais como o Brasil, onde a regulação é mais restritiva.



Leituras adicionais

OECD (2015), *OECD Regulatory Policy Outlook 2015*, OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264238770-en>

OECD (2014), *The Governance of Regulators*, OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264209015-en>

OECD (2013), *International Regulatory Co-operation: Addressing Global Challenges*, OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264200463-en>

OECD (2012), *Recommendation of the Council on Regulatory Policy and Governance*, OECD Publishing. <http://dx.doi.org/10.1787/9789264209022-en>

O que os tomadores de decisão política devem fazer?

- ▶ Utilizar de maneira mais sistemática avaliações de impacto regulatório ex-ante, avaliações ex-post e consultas públicas por toda a administração.
- ▶ Fortalecer a independência das agências reguladoras e desenvolver a experiência em difundir BPRs.
- ▶ Para apoiar a integração do Brasil aos mercados globais, implementar um sistema de acompanhamento de normas e padrões internacionais no processo de elaboração de regras ou revisão das regulações existentes.
- ▶ Considerar a apuração de suas leis e regulações para identificar barreiras regulatórias desnecessárias à competição e aperfeiçoar leis e regulações que minimizem tais entraves.
- ▶ Participar ativamente de fóruns bilaterais, regionais e globais de cooperação regulatória para desenvolver abordagens políticas comuns aos desafios compartilhados com pares internacionais.

